

INSPEÇÃO PREDIAL

**DECRETO Nº 13.616,
DE 23 DE JUNHO DE 2015**

**Regulamenta a Lei nº 9.913, de 16 de Julho de
2012, que dispõe sobre as regras gerais e
específicas a serem obedecidas na manutenção
e conservação das edificações no
Município de Fortaleza.**

AGOSTO, 2015

OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA PERIÓDICA

Art. 2º - Estão obrigadas a realizar a vistoria técnica periódica prevista na Lei nº 9.913/2012:

- I - as edificações multirresidenciais/ residencial multifamiliar, com 03 (três) ou mais pavimentos;**
- II - as edificações de uso comercial, industrial, institucional, educacional, recreativo, religioso e de uso misto;**
- III - as edificações de uso coletivo, públicas ou privadas;**
- IV - as edificações de qualquer uso, desde que representem perigo à coletividade.**

§ 1º - Para efeito deste decreto as edificações multirresidenciais ou residenciais multifamiliares são aquelas destinadas à habitação permanente, correspondendo a mais de uma habitação por lote, agrupadas verticalmente.

§ 2º - A vistoria periódica é obrigatória, independentemente do número de pavimentos e do uso, em todas as fachadas de qualquer prédio com projeção de marquise ou varanda sobre o passeio público.

§ 3º - Consideram-se edificações de qualquer uso que representem perigo à coletividade aquelas assim classificadas pelo órgão municipal competente.

PERIODICIDADE DAS VISTORIAS TÉCNICAS

Art. 4º - A realização das vistorias técnicas periódicas deverá observar a seguinte periodicidade:

I - anualmente, para edificações com mais de 50 (cinquenta) anos;

II - a cada 02 (dois) anos, para edificações entre 31 (trinta e um) e 50 (cinquenta) anos;

III - a cada 03 (três) anos, para edificações entre 21 (vinte e um) e 30 (trinta) anos e, independentemente da idade, para edificações comerciais, industriais, privadas não residenciais, clubes de entretenimento e para edificações públicas;

IV - a cada 05 (cinco) anos, para edificações com até 20 (vinte) anos.

§ 1º - Realizada a vistoria técnica e atestado em laudo que todas as obras de reparo e conservação indicadas foram executadas, estando a edificação em boas condições para o uso proposto, o prazo para realização de nova vistoria será suspenso por 05 (cinco) anos.

§ 2º - Se, a qualquer momento, for identificado dano à edificação capaz de representar perigo à coletividade, o órgão municipal competente notificará o responsável pelo imóvel para realização de nova vistoria técnica, independente dos prazos indicados no caput ou da suspensão prevista no parágrafo anterior.